

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE O INGRESSO À UNIVERSIDADE

Heloisa Fonseca Barbosa¹
Adriana Leite Limaverde Gomes²

RESUMO

Na presente pesquisa, objetivou-se analisar as percepções de uma discente com autismo sobre sua inclusão na universidade. A pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizou-se como um estudo de caso. Participou desse estudo uma aluna diagnosticada com autismo leve do curso de Letras de uma universidade pública situada no município de Fortaleza - Ceará. Os procedimentos de coletas de dados consistiram na aplicação de um questionário aberto com essa discente. Os resultados obtidos evidenciaram que, na percepção da aluna, ela enfrentou dificuldades em seu processo adaptativo na universidade em decorrência, principalmente, da ausência de rotina e da imprevisibilidade de aspectos referentes às avaliações nas disciplinas. Verificou-se também a insuficiência de flexibilizações nas práticas de alguns docentes que corroborassem com a inclusão de discentes com autismo no ensino superior, bem como o pouco diálogo entre os serviços de apoio existentes na universidade e os professores universitários. Diante dos dados obtidos, conclui-se que a inclusão de alunos com autismo no ensino superior é um processo em construção e que apenas o acesso à universidade não garante, necessariamente, a inclusão de pessoas no espectro nesse ambiente. Nesse sentido, afirma-se que estar em consonância com o paradigma da inclusão significa direcionar o olhar para a compreensão da diversidade, oportunizando a aprendizagem de todos alunos respeitando suas diferenças e não apenas os inserindo em espaços educacionais sem a flexibilização de currículos, métodos e técnicas que contemplem as necessidades individuais de pessoas com autismo.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o acesso à educação formal no Brasil foi bastante limitado quantitativamente, além de restrito a um determinado grupo social, principalmente, no ensino superior. As pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por muito tempo, não possuíram garantias legais de acesso e permanência nas instituições de educação básica, tampouco ao ensino superior, por não conseguirem se adequar às normas e às condutas homogêneas desenvolvidas nesses ambientes educativos.

Todavia, atualmente, de acordo com o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (LDB) e na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (LBI), nenhum indivíduo deve ser excluído dos espaços educacionais em decorrência de suas diferenças e/ou deficiências. Entretanto, apenas o ingresso de discentes

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, heloiisa.fonseeca@hotmail.com;

² Doutora em Educação pela UFC, adrianalimaverde@terra.com.br;

com autismo no ensino superior, não necessariamente garante sua inclusão nesse espaço, que é historicamente excludente. Nesse sentido, fazem-se necessárias adequações pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais no âmbito universitário que contemplem esses sujeitos a fim de garantir que a inclusão escolar se efetive de fato.

Na atualidade, a inclusão da pessoa com autismo ainda representa desafios, desde a educação infantil até o ensino superior. No Brasil, os números oficiais e as pesquisas da área da Educação Especial e Inclusiva elucidam principalmente a condição desse alunado na educação básica, entretanto, pouco se tem documentado sobre a inclusão de pessoas com autismo no ensino superior, o que conseqüentemente dificulta a criação e consolidação de políticas públicas que contemplem ações que contribuam para uma educação inclusiva também nessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou analisar as percepções de uma discente com autismo sobre sua inclusão na universidade. Pesquisar sobre as percepções de discentes com autismo matriculados nas instituições de ensino superior (IES), acerca do seu processo de inclusão, é necessário, visto que essa análise pode contribuir para a compreensão dos reflexos da recente inclusão desse público no ensino superior.

Para fundamentar as discussões, foi estabelecido diálogo com autores que versam sobre o autismo e a inclusão no ensino superior. A pesquisa, de cunho qualitativa, caracterizou-se como um estudo de caso e utilizou de questionários com seis perguntas abertas para coleta de dados.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, caracterizou-se como um estudo de caso, visto que buscou analisar uma realidade específica. De acordo com Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

Para a geração de dados, foi utilizado um questionário com seis perguntas abertas. Dessas, três são referentes às percepções da discente sobre os serviços de apoio para alunos com autismo no ensino superior e as outras três questões sobre as percepções acerca do papel do professor para a inclusão de discentes com autismo no ensino superior.

Gil (1999, p. 121) define questionário como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter

informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.”

Participou da pesquisa uma acadêmica diagnosticada com autismo leve do curso de Letras Português de uma universidade pública situada no município de Fortaleza - Ceará. A discente ingressou na universidade via Sistema de Seleção Unificada (SISU)/Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no semestre 2012.1, porém permaneceu afastada durante o período de 2014 a 2018, por apresentar dificuldades em se adequar à universidade, retornando no semestre 2018.2. Atualmente, a aluna possui 25 anos e está cursando o 7º semestre.

DESENVOLVIMENTO

A exclusão de pessoas com autismo foi construída historicamente e remonta desde a Antiguidade, período em que ações de extermínio e abandono desses indivíduos, assim como as de pessoas com deficiência, eram amplamente aceitas socialmente.

Posteriormente, durante a Idade Média, com o fortalecimento dos ideais e doutrinas defendidos pela Igreja Católica, as pessoas com autismo passaram a ser consideradas indivíduos cristãos, com alma, não podendo mais ser sacrificadas. Nesse contexto, para Figueiredo (2010, p.26): “[...] várias concepções paradoxais de tratamentos dispensados às pessoas com deficiência vieram a existir. Sentimentos de caridade, piedade, castigo e assistencialismo foram substituindo, aos poucos, os maus tratos cometidos na Idade Antiga.” Diante desse cenário, foram criadas as primeiras instituições que mantinham esses sujeitos excluídos do convívio social.

Essa perspectiva excludente permaneceu em vigor, até que no período da Contemporaneidade, com o avanço dos estudos na área da saúde, o interesse na temática da deficiência³ aumentou, e com isso, surgiu o objetivo de “reabilitar” as pessoas com autismo para o convívio em sociedade.

No caso específico de crianças com autismo, nesse período, grandes pesquisadores da área como o pioneiro Leo Kanner, defendiam que origem do autismo estaria relacionada à criação delas por mães afetivamente frias e por isso, eles acreditavam que o isolamento social poderia reveter o quadro diagnóstico.

Corroborando com essa afirmação, de acordo com Braga (2017, p.31):

³ Embora o autismo, atualmente seja considerado um transtorno de origem neurobiológica, nesse período essa distinção não era bastante clara, com isso, os estudos sobre a deficiência também enquadravam as pessoas no espectro.

Alguns anos depois dos primeiros estudos sobre o autismo, por volta de 1967, Bruno Bettelheim reforça a “Teoria das Mães Geladeiras” descrita em 1943 por Leo Kanner. Para uma melhor intervenção, Bettelheim propõe separar essas crianças do convívio de suas mães, levando-as para espaços institucionalizados e distantes desse convívio familiar, por acreditar que dessa forma mudariam suas condições afetivas e comportamentais, em que a separação da presença materna seria a estratégia mais indicada.

Somente no final do século XX, ocorreu uma mudança de paradigma e de compreensão acerca do TEA. Conforme assinala Palumbo (2014), nessa época, surgiu uma visão diferente sobre as pessoas no espectro uma vez que até então, o autismo era considerado como problema intrínseco a pessoa e, atualmente, compreende-se como resultado da interação dela com o meio. Nessa perspectiva, não é necessário “reabilitar” a pessoa com autismo ou tentar modificar comportamentos que fazem parte do seu quadro diagnóstico, e sim, buscar compreendê-lo e realizar adequações no meio em que ela está inserida, através do rompimento de barreiras arquitetônicas e atitudinais ainda enraizadas na sociedade.

Diante dessa breve retrospectiva acerca do histórico das pessoas com autismo, verifica-se que a visão da sociedade sobre as pessoas no espectro é marcada por bastante preconceito, bem como pelo paradigma da incapacidade e reabilitação. Na esfera educacional as políticas e práticas pautadas nos paradigmas da segregação e da integração⁴ responsabilizavam as pessoas com autismo pelo chamado “fracasso escolar”, legitimando sua exclusão com base no diagnóstico. Diante desse histórico, é possível afirmar que a perspectiva inclusiva fundamentada pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994) ainda é bastante recente se comparada ao longo período de omissão e negligência do Estado com esse grupo de pessoas.

Atualmente, a LDB estabelece o direito ao acesso preferencialmente na rede regular de ensino para os alunos com TEA e assegura que são necessários currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996). É válido ressaltar que a inclusão não se encerra ao término da educação básica, pois a participação ativa de pessoas com autismo na sociedade deve estar presente em todas as etapas de sua vida. No ensino superior, para promoção da participação dessas pessoas, é imprescindível que o ambiente acadêmico também realize as adequações e flexibilizações necessárias para elas.

⁴ O princípio da integração escolar norteou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial. Nesse modelo, ao invés de a escola se adequar ao aluno, o aluno deveria adequar-se à escola.

O ensino superior no Brasil, de acordo com Martins e Vieira (2017), teve sua origem tardia se comparada com países da Europa. As primeiras IES no Brasil foram criadas apenas no início do século XIX, com o advento da transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Essas instituições tinham, por objetivo central, fornecer profissionais para desempenhar funções na corte. O acesso ao ensino superior no Brasil era, portanto, bastante restrito nesse período para a maior parte da população brasileira, não somente para as pessoas com autismo e/ou deficiência.

Nas últimas décadas, o número de pessoas matriculadas no ensino superior aumentou de maneira significativa, porém, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2016 apenas 0,45% do total de 8 milhões de matrículas no ensino superior são de alunos com deficiência. (BRASIL, 2016). É necessário esclarecer que o TEA não é considerado uma deficiência, e sim um transtorno, no entanto, de acordo com o § 2º do artigo 1º da Lei 12.764 de 2012 que trata dos direitos da pessoa com TEA: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. Nesse sentido, esse dado também contempla as pessoas com autismo matriculadas no ensino superior.

Desse modo, mesmo em um cenário onde o acesso a IES está em processo de universalização, é possível observar um acesso ainda restrito de discentes com autismo nesses ambientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa sessão, serão apresentados os dados obtidos através da aplicação do questionário com uma aluna universitária diagnosticada com autismo leve. Para atender ao objetivo da pesquisa, os dados foram organizados em duas categorias de análise: percepções da discente com autismo acerca do papel do professor para a inclusão de alunos com autismo no ensino superior e percepções da discente com autismo acerca da presença dos serviços de apoio que contribuem para a inclusão de alunos com autismo no ensino superior.

Inicialmente, foi indagado a discente: “Quais foram as principais dificuldades enfrentadas por você durante a graduação?” Diante de tal questionamento S1, respondeu que:

Eu sofri bastante com ansiedade porque, na universidade, não há muito padrão em relação ao que esperar das aulas, cada professor tem métodos completamente diferentes um do outro, e as expectativas em relação a você nunca são completamente satisfeitas. Diferentemente do ensino médio e fundamental, o objetivo “tirar notas altas” não é mais o único que você deve se preocupar em alcançar. Você também precisa se envolver com bolsas, escrever artigos, participar

de eventos e outras coisas do gênero. Sempre há novas cobranças sendo feitas e há um pouco de jogo social no meio disso porque você precisa conquistar alguns professores para ter acesso a certas oportunidades. Todas essas coisas são exaustivas.

Diante dessa fala, é possível extrair que S1 enfrentou dificuldades em seu processo adaptativo na universidade, em decorrência principalmente da falta de rotina, da imprevisibilidade de aspectos referentes às avaliações nas disciplinas, bem como de participação em atividades extracurriculares, o que, conseqüentemente, causou-lhe bastante ansiedade.

De acordo com um dos critérios definidos pelo DSM-V⁵ (APA, 2014) para o diagnóstico de TEA: à aderência inflexível às rotinas - é possível afirmar que a pessoa com autismo precisa de previsibilidade no seu cotidiano. A antecipação dos acontecimentos faz com que ela se sinta segura, saiba seus objetivos e o que os outros esperam que ela faça.

No contexto da sala de aula no ambiente acadêmico, uma ação que pode ser adequada, é o professor apresentar um cronograma das aulas e a ementa da disciplina no início do semestre, para que assim, o discente com autismo possa se organizar. É válido ressaltar que essa ação não contribui exclusivamente no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com autismo, e sim, de todos os outros alunos.

As estratégias e flexibilizações, planejadas pelo professor, devem considerar a individualidade de seus alunos, tenham eles autismo ou não. Segundo Weisz (1999, p.118), o papel do educador na atualidade “tende a ser mais exigente: precisa se tornar capaz de criar ou adaptar boas situações de aprendizagem, adequadas a seus alunos reais, cujos percursos de aprendizagem ele precisa saber reconhecer.”

De acordo com a fala da discente, inferiu-se que ação não foi realizada por seus professores em seu percurso acadêmico, pois ela afirmou que sofreu bastante uma vez que “[...] na universidade, não há muito padrão em relação ao que esperar das aulas, cada professor tem métodos completamente diferentes um do outro”.

Posteriormente, foi perguntado para S1 se em sua universidade existem serviços de apoio que contribuam para a inclusão de estudantes com autismo e em caso positivo, quais seriam. Diante desse questionamento, S1 afirmou que:

⁵ DSM-V é um manual diagnóstico e estatístico de autoria da Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais.

Tem o pessoal da Acessibilidade, mas eu não fiz muito uso dos serviços deles. Eu tentei recorrer a eles em uma ocasião de adaptação avaliativa e eles só me disseram para procurar a coordenação do meu curso, o que fez com que eu tivesse que constantemente comunicar minhas necessidades aos meus professores e gastar energia social.

De acordo com a fala de S1, é possível afirmar, que no caso específico de sua realidade, em sua percepção os serviços ofertados pela Acessibilidade não contribuíram para sua inclusão na universidade. O apoio a ser ofertado pela Acessibilidade deve considerar, além da individualidade do sujeito em questão, as características presentes no diagnóstico. No caso do autismo, uma das maiores dificuldades encontradas por pessoas no espectro são as interações sociais. De acordo com Braga (2016, p.39) o TEA:

[...] se trata de um quadro diagnóstico de origem neurobiológica que compromete regiões específicas para o funcionamento cerebral, gerando respostas linguísticas, motoras ou comportamentais diferenciadas e socialmente inadequadas, levando esse sujeito a dificuldades diversas para o desenvolvimento satisfatório de suas habilidades de adaptação ao meio.

É necessário que os serviços de apoio existentes na universidade contemplem a condição do seu público-alvo e busquem garantir que ele tenha autonomia para executar tarefas simples do cotidiano como, por exemplo, construir rampas ao lado de escadas para garantir acessibilidade a quem se locomove com cadeira de rodas. Entretanto, no caso de pessoas com autismo, para que o discente obtenha autonomia, muitas vezes, é necessário um trabalho gradual, com o suporte adequado, até que ele consiga realizar determinadas ações.

Posteriormente, foi questionado para a discente se, com base em suas experiências no ensino superior, ela acredita que os professores estão preparados para exercer a docência no contexto da diversidade e foi solicitado que ela justificasse sua resposta.” Diante de tal questionamento, S1 afirmou que:

Eu não gosto de falar deles como um conjunto. Eu acho que alguns estão, alguns não. Pelo menos, tratando-se de autismo, que não é algo tão visual quanto uma deficiência física, e alguns deles podem subestimar a importância de certas medidas serem tomadas para você. Eu acho que mais convivência com outros alunos com autismo ajudaria que eles compreendessem nossa situação.

Diante dessa fala, é possível inferir na percepção da aluna, a presença de poucos estudantes com autismo nas IES contribui para a ausência de compreensão sobre o espectro para uma parte dos professores universitários. Essa percepção da discente corrobora com o pensamento de Figueiredo (2010, p.30), quando a autora afirma que:

A falta de habilidade em lidar com essas pessoas é fruto da não convivência com elas, pois como não convivemos diariamente, não criamos padrões de comunicação.

Consequentemente sentimos dificuldades, para nos comunicar com elas. Atitudes como estas estão arraigadas culturalmente, chegam a ser viscerais em nossa sociedade.

Por fim, a última pergunta do questionário buscou analisar se na concepção de S1, seus professores da universidade compreendem o que é o autismo, e de que modo podem eles favorecer a aprendizagem de estudantes no espectro. Diante dessa pergunta, S1 respondeu que:

Eu não acho que eles compreendem. Eu sinto que eles favoreceriam a aprendizagem de alunos com autismo, caso eles dessem diferentes opções de avaliação em certos contextos e se eles nos informassem do cronograma do semestre e do estilo de ensino deles desde o começo do semestre, para que nós pudéssemos nos preparar mentalmente para isso.

Analisando-se a fala de S1, foi possível inferir que, no caso específico da realidade desse sujeito, os professores universitários que passaram por sua trajetória acadêmica realizaram pouca ou nenhuma flexibilização em suas práticas pedagógicas, sendo esta uma ação basilar para a inclusão de pessoas com autismo em qualquer modalidade de ensino.

Defendemos que a instituição inclusiva é aquela que respeita as diferenças e as compreende de maneira positiva. Consequentemente, para a efetivação de uma universidade inclusiva, é necessário que os professores das IES compreendam e conheçam seus alunos. Eles devem oportunizar a todos os alunos, através de experiências significativas de ensino e aprendizagem, um novo olhar para o outro, o respeito às diferenças e promover a participação de todos nas aulas, realizando flexibilizações em suas práticas, que contemplem o contexto heterogêneo da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as percepções de uma discente com autismo sobre sua inclusão na universidade..

No que refere às percepções da aluna com autismo, acerca do papel do professor para a inclusão de alunos com autismo no ensino superior, constatou-se que esse profissional é basilar no processo de ensino e aprendizagem, podendo favorecer ou não a participação do aluno com autismo em sala de aula. No caso específico dessa aluna, evidenciou-se a insuficiência de flexibilizações nos instrumentos avaliativos e nas práticas cotidianas que colaboraram com sua inclusão e permanência na universidade.

Em relação às percepções da discente com autismo, tratando-se da presença dos serviços de apoio que contribuem para a inclusão de alunos com autismo no ensino superior,

verificou-se a existência de um núcleo na universidade responsável em promover ações que corroborem com a inclusão de pessoas com autismo, entretanto, ele pouco colaborou no processo de inclusão da aluna participante dessa pesquisa.

Diante dos dados obtidos, é possível afirmar que a discente enfrentou algumas dificuldades em seu percurso acadêmico, principalmente, em decorrência da falta de conhecimento por parte de alguns professores sobre o TEA e a pouca articulação entre o núcleo de acessibilidade e os docentes de seu curso.

Nesse sentido, verifica-se que apenas o acesso da pessoa com autismo no ensino superior, não garante a inclusão, logo afirma-se que estar em consonância com o paradigma da inclusão em educação significa direcionar o olhar para a compreensão da diversidade, oportunizando a aprendizagem de todos alunos respeitando suas diferenças e necessidades.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Wilson Candido. **Autismo Azul e todas as cores: Guia básico para pais e profissionais**. Fortaleza: Paulinas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Lei nº. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A escola de atenção às diferenças. *In*: FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert (Org.). **Novas luzes sobre a inclusão escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação Superior e os Desafios no Novo Século: contextos e diálogos Brasil-Portugal**. Brasília: Editora UnB, 2017.

PALUMBO, Livia Pelli. A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência pelos sistemas de proteção dos direitos humanos: sistema americano e europeu. **Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.2-22, jul. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.